

## Vítimas pedem ao Presidente que recuse indulto a Richard Daschbach



Richard Daschbach

**Díli, 14 de Maio de 2026 (RAFA.TL)** –Quinze vítimas dos abusos sexuais cometidos pelo padre norte-americano Richard Daschbach apelaram ao Presidente da República, José Ramos-Horta, para que não lhe conceda indulto, comutação de pena ou qualquer outra medida de clemência.

O pedido está feito numa carta aberta datada de 13 de maio e assinada pelo advogado Olívio Barros Afonso em representação da organização JUS, que sustenta que Daschbach “nunca deu um único sinal de arrependimento verdadeiro” e que “nunca assumiu, de forma séria e pública, a gravidade do que praticou”, nem pediu perdão às suas vítimas.

A carta surge na sequência de confirmação do Ministro da Justiça da inclusão do nome de Daschbach na lista com pedidos de indulto, clemência ou comutação de penas enviada ao Presidente da República, José Ramos-Horta, que confirmou à RAFA.TL não ter ainda visto a lista.

O chefe de Estado tem estado em visitas oficiais no estrangeiro e regressa hoje a Díli.

A lista remetida pelo Ministério da Justiça ao chefe de Estado abrange um total de cerca de 40 reclusos candidatos a indulto ou comutação de pena, entre eles Daschbach.

Sergio Hornai confirmou aos jornalistas que a lista foi apresentada, reiterando que a decisão final cabe ao chefe de Estado, de acordo com os poderes que lhe são conferidos pela Constituição.

Hornai explicou que há casos de pedidos de indulto e outros de comutação de pena, e que inclui reclusos que no ano passado ainda não cumpriam as condições necessárias para beneficiar das medidas.

No caso de Daschbach, explicou que o pedido tem a ver com a idade avançada do recluso, referindo que na compilação da lista pesam questões como a “compaixão humanitária”.

Na carta aberta, o advogado alerta que qualquer medida de clemência seria vivida pelas vítimas “como uma nova violência”, transmitindo-lhes a mensagem de que “o que lhes foi feito pode ser relativizado antes mesmo de existir, da parte do condenado, um reconhecimento inequívoco da sua responsabilidade”.

O documento rejeita que o bom comportamento prisional, a ausência de infrações disciplinares ou a idade avançada do condenado sejam suficientes para atestar uma verdadeira reabilitação. “Estes elementos podem ser considerados, mas estão longe de serem suficientes para atestar uma verdadeira reabilitação de qualquer condenado.”

Para o advogado, a reabilitação “exige muito mais do que disciplina dentro dos muros da prisão”. “Exige consciência crítica dos atos praticados, exige responsabilização perante quem sofreu, exige sinais consistentes de que o condenado compreende a dimensão do mal que fez, e que por tal não virá a constituir perigo para a sociedade”, lê-se no documento.

A carta sublinha que a ausência de arrependimento “não é um pormenor que se possa contornar”, defendendo que “a existência – ou inexistência – de arrependimento, de assunção de culpa e de respeito pelo sofrimento causado deve ser um elemento central na ponderação de qualquer decisão desta gravidade”.

“A clemência não pode estar dissociada da verdade, da responsabilidade e da justiça”, escreve o advogado, acrescentando que “o mínimo que se poderia esperar, antes de qualquer gesto favorável ao condenado, seria o reconhecimento dos factos, a admissão do dano e a prova clara de que compreende o peso dos seus atos. Nada disto existiu.”

A carta conclui que conceder indulto ou comutação de pena nestas circunstâncias “constituiria uma profunda injustiça para as vítimas e um sinal alarmante para toda a sociedade timorense”.

Richard Daschbach, sacerdote e fundador do orfanato Topu Honis, em Oecusse, foi condenado pelo Tribunal de Oecusse por crimes de abuso sexual de menores. As vítimas eram raparigas em situação de extrema vulnerabilidade que viviam sob a sua tutela.

O caso gerou forte comoção em Timor-Leste, com petições e manifestações públicas de organizações da sociedade civil a oporem-se a qualquer libertação antecipada.

O Presidente Ramos-Horta reuniu-se pessoalmente com as vítimas no ano passado, tendo-lhes ouvido a posição sobre uma eventual clemência.

“As vítimas reconhecem e valorizam o facto de Vossa Excelência se ter reunido com elas no ano passado e de ter escutado, em primeira pessoa, a sua posição quanto a uma eventual libertação antecipada. Esse encontro permitiu-lhes expor, sem intermediários, o impacto que tal decisão teria sobre a sua segurança emocional, a sua dignidade e o longo caminho de recuperação que ainda percorrem”, refere a carta aberta.

A oposição ao indulto está já a ser ampliada pela sociedade civil.

Uma petição lançada hoje na plataforma Change.org por Carina Lima, fundadora do projeto social Sorrisos de Leste, (<https://c.org/xYGqkNm5r2> ) já reuniu mais de 1740 assinaturas de cidadãos timorenses e estrangeiros, apelando a que “não seja concedido indulto ao ex-padre condenado por crimes sexuais contra menores”.

O texto da petição adverte que a concessão de clemência “transmitiria uma mensagem perigosa à sociedade: a de que mesmo os crimes mais graves podem ser ignorados por razões políticas ou institucionais”, acrescentando que “a justiça não pode ser seletiva”.

“As vítimas merecem ser ouvidas e respeitadas. Muitas dessas vítimas demonstraram uma coragem extraordinária ao denunciar os abusos, enfrentando estigmas sociais, medo e dor. Um indulto representaria uma negação pública ao seu sofrimento”, lê-se no texto da petição, que também alerta que conceder perdão a Daschbach não será “apenas uma traição às sobreviventes”, mas também uma traição “aos princípios dos direitos humanos, do Estado de Direito e da justiça”.

A carta aberta sublinha que a oposição ao indulto não se limita às vítimas diretas, sendo partilhada por “muitos timorenses” e por figuras de reconhecido prestígio nacional.

“As vítimas não se opõem à humanidade do Estado, nem aos poderes que a Constituição confere a Vossa Excelência. Reconhecem que a clemência é uma figura legalmente prevista e que a decisão final pertence ao Presidente da República. Mas num caso desta gravidade, a humanidade do Estado não pode recair apenas sobre quem cometeu o crime, deixando para trás aquelas que o sofreram, a sua recuperação e a proteção da sua dignidade”, refere a carta aberta.

O advogado conclui que conceder clemência sem arrependimento, reconhecimento dos factos ou prova de reabilitação efetiva “constituiria uma profunda injustiça para as vítimas e um sinal alarmante para toda a sociedade timorense”.

## 👉 **Carta das Vítimas de Crimes Sexuais cometidas pelo Sr. Daschbach sobre o Indulto para Excia. Sr. Presidente**

13 de maio de 2026

Foi hoje submetida ao Senhor Presidente da República uma carta aberta, em representação de quinze vítimas dos abusos sexuais cometidos pelo Sr. Richard Daschbach, manifestando a sua firme oposição à concessão de qualquer indulto, comutação de pena ou outra medida de clemência ao condenado.

A carta, subscrita pelo advogado das vítimas, Olivio Barros Afonso, recorda que se trata de crimes praticados de forma prolongada e sistemática contra meninas em situação de extrema vulnerabilidade, por quem tinha o dever moral de as proteger, e cujas consequências permanecem profundas e, em muitos casos, irreparáveis.

As vítimas recordam ainda que, no ano passado, o Senhor Presidente da República se reuniu pessoalmente com elas e escutou diretamente, da sua voz, a posição que assumem quanto a uma eventual libertação antecipada do condenado, bem como o impacto que tal decisão teria sobre a sua segurança emocional, a sua dignidade e o longo processo de recuperação que ainda percorrem.

As vítimas sublinham que, até hoje, o Sr. Richard Daschbach nunca demonstrou arrependimento verdadeiro: nunca assumiu publicamente a gravidade dos seus atos, nunca reconheceu plenamente o sofrimento que causou e nunca pediu perdão às crianças que abusou. Nestas circunstâncias, qualquer medida de clemência seria vivida como uma nova violência e transmitiria a mensagem dolorosa de que estes crimes podem ser relativizados antes mesmo de existir um reconhecimento de responsabilidade.

As vítimas reconhecem os poderes constitucionais do Presidente da República em matéria de clemência, mas apelam a que, num caso desta gravidade, a humanidade do Estado não recaia apenas sobre quem cometeu o crime, esquecendo aquelas que o sofreram. A posição expressa é, recordam, partilhada por amplos setores da sociedade timorense.

A não concessão de clemência será, lê-se na carta, uma afirmação clara de que os crimes de abuso sexual contra crianças são tratados com a máxima seriedade e de que a voz das vítimas possuem valor.

# Victims' lawyer asks the President to refuse a pardon for Richard Daschbach

Dili, May 14, 2026 (RAFA.TL) – The lawyer representing fifteen victims of sexual abuse committed by the American priest Richard Daschbach has appealed to the President of the Republic, José Ramos-Horta, not to grant him a pardon, sentence commutation, or any other measure of clemency.

The request is made in an open letter dated May 13 and signed by lawyer Olívio Barros Afonso on behalf of the organization JUS, which argues that Daschbach “has never shown a single sign of genuine remorse” and that he “has never seriously and publicly acknowledged the gravity of what he did,” nor asked his victims for forgiveness.

The letter follows confirmation by the Minister of Justice that Daschbach’s name has been included on a list of pardon, clemency, or sentence commutation requests sent to the President, José Ramos-Horta, who told RAFA.TL that he has not yet seen the list.

The Head of State has been on official visits abroad and returns to Dili today.

The list submitted by the Ministry of Justice includes around 40 prisoners seeking pardons or sentence commutations, among them Daschbach.

Sergio Hornai confirmed to journalists that the list had been submitted, reiterating that the final decision lies with the Head of State, in accordance with the powers granted by the Constitution.

Hornai explained that there are both pardon requests and sentence commutation cases, and that the list includes prisoners who last year did not yet meet the necessary conditions to benefit from such measures.

In Daschbach’s case, he explained that the request relates to the prisoner’s advanced age, noting that considerations such as “humanitarian compassion” weigh in compiling the list.

In the open letter, the lawyer warns that any measure of clemency would be experienced by the victims “as a new form of violence,” sending the message that “what was done to them can be relativized even before there is, on the part of the convicted person, an unequivocal acknowledgment of responsibility.”

The document rejects the idea that good prison behavior, absence of disciplinary infractions, or advanced age are sufficient to demonstrate genuine rehabilitation. “These factors can be considered, but they are far from sufficient to prove true rehabilitation in any convicted person.”

According to the lawyer, rehabilitation “requires much more than discipline within prison walls.” It “requires critical awareness of the acts committed, accountability to those who suffered, consistent signs that the convicted person understands the extent of the harm caused, and that therefore they will not pose a danger to society,” the document states.

The letter emphasizes that lack of remorse “is not a detail that can be overlooked,” arguing that “the existence—or absence—of remorse, acknowledgment of guilt, and respect for the suffering caused must be a central factor in weighing any decision of this gravity.”

“Clemency cannot be detached from truth, responsibility, and justice,” the lawyer writes, adding that “the minimum that could be expected, before any favorable gesture toward the convicted person, would be acknowledgment of the facts, admission of the harm, and clear proof that he understands the weight of his actions. None of this has existed.”

The letter concludes that granting a pardon or sentence commutation under these circumstances “would constitute a profound injustice to the victims and an alarming signal to Timorese society as a whole.”

Richard Daschbach, a priest and founder of the Topu Honis orphanage in Oecusse, was convicted by the Oecusse Court of crimes of sexual abuse of minors. The victims were girls in situations of extreme vulnerability who lived under his care.

The case caused strong public outrage in Timor-Leste, with petitions and public demonstrations by civil society organizations opposing any early release.

President Ramos-Horta personally met with the victims last year, hearing their position on a possible act of clemency.

“The victims recognize and value the fact that Your Excellency met with them last year and listened first-hand to their views regarding a possible early release. That meeting allowed them to present, without intermediaries, the impact such a decision would have on their emotional security, their dignity, and the long path of recovery they are still on,” the open letter states.

Opposition to the pardon is already growing within civil society.

A petition launched today on the platform Change.org by Carina Lima, founder of the social project Sorrisos de Leste ( <https://c.org/xYGqkNm5r2> ), has already gathered more than 1,740 signatures from Timorese and foreign citizens, calling for “no pardon to be granted to the former priest convicted of sexual crimes against minors.”

The petition text warns that granting clemency “would send a dangerous message to society: that even the most serious crimes can be ignored for political or institutional reasons,” adding that “justice cannot be selective.”

“Victims deserve to be heard and respected. Many of these victims showed extraordinary courage in reporting the abuse, facing social stigma, fear, and pain. A pardon would represent a public denial of their suffering,” the petition states, also warning that granting forgiveness to Daschbach would not be “just a betrayal of the survivors,” but also a betrayal “of the principles of human rights, the rule of law, and justice.”

The open letter stresses that opposition to the pardon is not limited to direct victims but is shared by “many Timorese” and by figures of recognized national prestige.

“The victims are not opposed to the humanity of the State, nor to the powers that the Constitution grants to Your Excellency. They recognize that clemency is a legally established institution and that the final decision belongs to the President of the Republic. But in a case of this gravity, the humanity of the State cannot rest solely on the person who committed the crime, leaving behind those who suffered it, their recovery, and the protection of their dignity,” the letter states.

The lawyer concludes that granting clemency without remorse, acknowledgment of the facts, or evidence of effective rehabilitation “would constitute a profound injustice to the victims and an alarming signal to all of Timorese society.”

# **Letter from the Victims of Sexual Crimes Committed by Mr. Daschbach Regarding the Pardon, to His Excellency the President**

May 13, 2026

An open letter was submitted today to the President of the Republic on behalf of fifteen victims of sexual abuse committed by Mr. Richard Daschbach, expressing their firm opposition to the granting of any pardon, commutation of sentence, or other measure of clemency to the convicted man.

The letter, signed by the victims' attorney, Olivio Barros Afonso, notes that these were crimes committed over a prolonged and systematic period against girls in a situation of extreme vulnerability, by someone who had a moral duty to protect them, and whose consequences remain profound and, in many cases, irreparable.

The victims also recall that, last year, the President of the Republic met with them in person and heard directly from them their position regarding a possible early release of the convicted man, as well as the impact such a decision would have on their emotional well-being, their dignity, and the long recovery process they are still undergoing.

The victims emphasize that, to this day, Mr. Richard Daschbach has never shown true remorse: he has never publicly acknowledged the gravity of his actions, never fully recognized the suffering he caused, and never asked for forgiveness from the children he abused. Under these circumstances, any act of clemency would be experienced as a new form of violence and would convey the painful message that these crimes can be downplayed even before there is any acknowledgment of responsibility.

The victims acknowledge the constitutional powers of the President of the Republic regarding clemency, but they appeal that, in a case of this gravity, the State's humanity should not fall solely upon the perpetrator, while forgetting those who suffered. They note that this position is shared by broad sectors of Timorese society.

The letter states that the refusal to grant clemency will be a clear affirmation that crimes of sexual abuse against children are treated with the utmost seriousness and that the victims' voices matter.

## 👉Karta hosi Vítima Krime Seksuál komete hosi Sr. Daschbach ba Exia. Sr. Prezidente kona-ba Indultu

13 Maiu 2026

Ohin vítima sira apresenta ona karta aberta ida ba Exia. Sr. Prezidente Repúblika, ne'ebé liuhosi representante legál ba vítima na'in sanulu-resin-lima hosi abuzu seksuál ne'ebé komete hosi Sr. Richard Daschbach. Liuhosi komunikasaun ida-ne'e, sira espresa sira nia opozisaun maka'as ba indultu ruma, komutasaun ba sentensa, ka medida kleménsia seluk ba Sr. Richard Daschbach.

Karta, ne'ebé asina hosi vítima sira nia advogadu, Olivio Barros Afonso, fó hanoin katak krime ne'ebé komete hosi kondenadu hanesan krime sira ne'ebé halo ho forma prolongadu no sistemátiku hasoru labarik-feto sira iha situasaun vulnerabilidade grave, no halo hosi ema ida ne'ebé iha devér moral hodi proteje sira, no krime sira ne'ebé lori konsekuénsia sira profunda no, iha situasaun barak, nunca bele kura.

Vítima sira mós fó hanoin hikas katak, iha tinan kotuk, Prezidente Repúblika hasoru malu pesoál ho sira no rona direktamente hosi sira-nia pozisaun kona-ba potenciál libertasaun ba kondenadu Sr. Daschbach, no mós impaktu ne'ebé desizaun indultu ka komutasaun kastigu sei iha ba sira-nia seguransa emocionál, sira-nia dignidade, no prosesu rekuperasaun naru'uk ne'ebé sira sei hala'o hela.

Vítima sira subliña katak, to'o ohin loron, Sr. Richard Daschbach nunca hatudu arrependementu loloos, nia nunca rekoñese publikamente gravidade hosi nia asaun sira, nunca rekoñese sofrimentu ne'ebé nia kauza ba labarik-feto, no nunca husu deskulpa ba labarik sira ne'ebé nia abuzo. Iha sirkunstánsia sira-ne'e, atu fó kleménsia ba kondenadu ida ne'e sei representa violénsia ida tan hasoru vítima sira, no sei haruka mensajen katak krime sira-ne'e la vale no haree katak hamate sentidu justisa molok iha rekoñesimentu ba responsabilizasaun hosi hahalok kriminozu nian.

Vítima sira rekoñese kompeténsia konstitusionál na'in Prezidente Repúblika nian kona-ba kleménsia, maibé husu atu sentidu umanidade Estadu nian labele fó benefísiu de'it ba autór krime, hodi haluha vítima sira ne'ebé hetan terus. Vítima sira fó tan hanoin ba Exia. Sr. Prezidente katak ema barak iha sociedade Timor nian mós iha pozisaun no opiniaun hanesan vítima sira-nian.

Bainhira Exia Sr. Prezidente la fó kleménsia ba kondenadu Sr. Richard Daschbach, tuir hakerek iha karta ne'e, sei representa afirmasaun klaru katak krime sira abuzu seksuál hasoru labarik sira nu'udar problema sériu no katak vítima nia lian no sentimentu iha folin ka valór.